

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANFIP

Renascimento do voto de qualidade no Carf (Artigo) 2

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Seguridade - APOSENTADOS 3

VALOR INVESTE - ONLINE - SP
ANFIP

100 anos de Previdência Social: o que o Brasil tem a comemorar? 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Impacto pode ser em torno de R\$ 60 bi por ano" 8

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consulta a lote residual começa hoje 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

"Quem ocupa carreiras de Estado não pode se meter na política", diz Lula 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Plano fiscal vai recuperar o grau de investimento" 13

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Antecipação da reforma tributária (Artigo) 14

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Nova moeda não acaba com o real 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

De SUR a BNDES e BB 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad pede "tranquilidade" para debater meta para IPCA 18

A TARDE - SALVADOR - BA - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio-reclusão e as fake news - DIREITO E JUSTIÇA 19

Renascimento do voto de qualidade no Carf (Artigo)

Crésio Pereira de Freitas Auditor da Receita Federal, é vice-presidente da Anfip

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou recentemente um conjunto de medidas econômicas destinadas a diminuir o déficit de R\$ 231 bilhões previsto no Orçamento. Destaca-se, dentre essas medidas, o restabelecimento do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. O voto de qualidade foi extinto pelo artigo 28 da Lei n.º 13.988/2020, mediante o acréscimo do artigo 19, alínea E, na Lei n.º 10.522, o qual veda a aplicação da legislação até então vigente (parágrafo 9.º do artigo 25 do Decreto n.º 70.235/72) e define que, no caso de empate, o litígio é resolvido favoravelmente ao contribuinte.

Desde abril de 2020, com a extinção do voto de qualidade, muitas ações tendo como objeto matérias tributárias relevantes, até então com jurisprudência favorável à União, sofreram uma reviravolta e passaram a ter um desfecho favorável aos grandes contribuintes.

Discussões acerca de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), stock options, ágio e tributação de lucros no exterior, hiring bônus, dentre outros, relacionados a grandes contribuintes, foram beneficiadas pelo entendimento de que, quando houver empate, se resolve favoravelmente ao contribuinte. Infelizmente a extinção do voto de qualidade beneficiou grandes contribuintes em detrimento do interesse público.

Bilhões deixaram de ingressar nos cofres públicos.

O voto de qualidade está há décadas na legislação pátria e a sua aplicação não é recorrente.

Dados disponibilizados pelo **Carf** demonstram que, até outubro de 2022, a grande maioria dos julgamentos, 76%, foi resolvida por unanimidade; por maioria, 18,7%; por qualidade, 3,4%; e pelo mecanismo de empate (Lei n.º 13.988), 1,9%. O mecanismo do empate, como visto, é aplicável a poucos processos, porém são processos de valores expressivos, muitos na casa dos bilhões. O mecanismo do empate precisava ser revisto. Foi.

A publicação da Medida Provisória (MP) n.º 1.160/23

revogou o artigo 19, alínea E, da Lei n.º 10.522/2002, restabelecendo o voto de qualidade.

O alvoroço foi estabelecido.

Um grupo de empresários quer que o Congresso Nacional barre a MP. Alardeiam ser uma medida desastrosa, que atrapalha a recuperação da economia e que o fim deste instituto foi um benefício inestimável para quem produz. Nada disso.

Trata-se, sim, de um benefício que favorece poucos. O retorno do voto de qualidade é medida acertada.

Os votos dados pelos conselheiros são fundamentados em lei. A imparcialidade é a regra.

Crésio Pereira de Freitas Auditor da **Receita Federal**, é vice-presidente da **Anfip**

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Seguridade - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), reivindicam ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter o orçamento da **seguridade social** exclusivo às despesas efetuadas nas áreas de saúde, assistência social e **previdência social**, conforme estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 194. Para que se efetive a reivindicação, o presidente deverá de determinar a eliminação do investimento Desvinculação de Receitas da União, a famigerada DRU, cuja emissão promove a sangria de recursos financeiros da Seguridade, impedindo que as três áreas cumpram a contento e eficiência suas atribuições.

RETIRADAS As retiradas de recursos financeiros da **seguridade social** ocorrem desde 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso. É preciso e premente que se impeça esse procedimento, a fim de permitir que as áreas de saúde, assistência e previdência, atendam com presteza e qualidade os seus beneficiários.

Informações precisas e detalhadas encontram-se registradas nas análises anuais emitidas e publicadas, amplamente, pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, Fundação **Anfip** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social** e Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Previdência, composta de Senadores da República, realizada em 2017.

EDUCAÇÃO "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (art.

202 da CRFB). Dispositivo constitucional marcante, decisivo, relevante e de profundo alcance na vida das cidadãs e cidadãos brasileiros. Que a reunião do Presidente da República com os reitores das Universidades Federais propicie à sociedade brasileira resultados de excelência, contemplando a educação para todos e elevando o compromisso de transmitir conhecimentos como valores indispensáveis e prioritários para o exercício cotidiano de cidadania e pleno desenvolvimento do país.

UNIÃO Em comentário anterior, dissemos que a união dos três poderes estava distante de ser alcançada, devido às divergências visivelmente demonstradas entre os dirigentes. Hoje, visualizamos de forma diferente, levando-se em consideração os acontecimentos recentes nos quais os comandantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos transmitiram o sentimento harmônico na solução dos problemas ocasionados na invasão do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto. Eis o motivo para aplaudirmos ato de importância vital e de atendimento no consagrado na nossa Constituição Cidadã, pertinente aos relacionamentos independentes e harmônicos entre si. Parabéns!

APLAUSOS Aposentados e pensionistas, egressos da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, aplaudem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em retirar a empresa da lista de privatização. Entendem como reconhecimento pelo trabalho profícuo e de resultados inestimáveis realizados em quase sete décadas e considerados como patrimônio do povo brasileiro. É preciso que se ressalte as suas realizações no âmbito nacional e internacional como referência em tecnologia e recursos humanos da mais alta qualificação, proporcionando exemplos de descobertas em áreas de difícil acesso. No entanto, o empenho, o entusiasmo, o patriotismo e a vontade de vencer do trabalhador petroleiro estiveram presentes para o fortalecimento da indústria petrolífera.

PL-4434/2008 Este Projeto de Lei de atualizações e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões dos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), precisa ser aprovado a fim de corrigir procedimentos equivocados no ato da concessão. A Câmara dos Deputados precisa colocá-lo para apreciação do plenário. Não é possível tanta demora. Há quase 15 anos está dormitando nas gavetas, aguardando encaminhamento à apreciação, votação e aprovação de suas excelências, os deputados federais. No Senado Federal foi aprovado, por unanimidade, em 2003. É uma dívida dos deputados federais para com os aposentados e pensionistas que precisa ser quitada.

RESPONSABILIDADE "O mundo de Deus é um mundo onde cada um se sente responsável pelo outro, pelo bem do outro" (Papa Francisco).

Site:

[https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp
?serviceCode=login#page/64](https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/64)

100 anos de Previdência Social: o que o Brasil tem a comemorar?

Por **Beatriz Pacheco**, Valor Investe - São Paulo

A terça-feira (24) marca o centenário da **Previdência Social** brasileira. Mesmo aos 100 anos, trata-se ainda de um sistema tão jovem quanto a nossa democracia. E depois desse um século, a **Previdência Social** ainda pode ter dois significados bem distintos por aqui: segurança ou ônus. A forma que se enxerga o sistema de **seguridade social** no nosso país diz muito sobre a posição que um indivíduo ocupa nessa sociedade. A Previdência é, por isso, objeto de discussões acaloradas nos âmbitos social, político e de mercado. Então o que o Brasil tem a comemorar hoje?

Por um lado, a Previdência é uma instituição de proteção da cidadania e garantidora da renda para mais de 37 milhões de brasileiros atualmente que, por algum motivo, estão afastados do trabalho. Está no tripé da **Seguridade Social**, instituído na Constituição de 1988, que também abraça os direitos à saúde e à assistência social e representou um avanço em bem-estar social no país. Não só a aposentadoria, como o direito de licença por motivos de saúde e até o auxílio emergencial existem graças a esse sistema.

Por outro lado, a Previdência deve representar um buraco de R\$ 265,6 bilhões no orçamento federal, de acordo com a projeção do governo para 2023. O orçamento atualizado para a área neste ano é de R\$ 945,32 bilhões. Todo o recurso, vale dizer, vem das contribuições de empregados do setor privado, trabalhadores rurais e empresas, que compõem o Regime Geral da **Previdência Social** (RGPS), mais as de **servidores públicos**, pertencentes ao Regime Próprio da **Previdência Social** (RPPS).

Esses números superlativos no déficit, que aumentam ano após ano, motivaram reformas na Previdência - já foram sete nos últimos 35 anos. O governo sustenta que a relação do déficit com o Produto Interno Bruto (**PIB**) vem caindo desde a última reforma, uma proposta apresentada pelo governo de Michel **Temer** em 2016 e que entrou em vigor só em 2019. Segundo as previsões da Câmara dos Deputados, o déficit deve sair de 3,79% do **PIB** em 2020 para 2,49% em 2023.

*acumulado até dia 12 de janeiro de 2023

O tamanho do buraco importa porque o cheque especial da Previdência é a União. A lei de custeio

determina que o Estado use o dinheiro do Tesouro para bancar o que falta à área, pois o acesso a esses benefícios é um direito constitucional de todo cidadão.

Mas os malabarismos da última reforma não serão suficientes, garante Wagner Balera, professor titular na Faculdade de Direito da PUC-SP e doutor em direito previdenciário. Para ele, uma série de fatores técnicos jamais endereçados - além do cenário de envelhecimento populacional e queda das taxas de natalidade - faz com que as contas da Previdência não fechem:

Pela manutenção desse cenário, o especialista é cético sobre alcançar o equilíbrio das contas da Previdência nos próximos anos, como prometeu o governo em 2016. A nossa Previdência ainda está em movimento de reforma, o que significa que a que tivemos em 2019 não foi última nem é definitiva, afirma o professor da PUC-SP.

O número total de contribuintes do regime geral da previdência no Brasil ultrapassava 51,5 milhões de pessoas em 2020, segundo o Anuário Estatístico da **Previdência Social**. Esses contribuintes, que incluem trabalhadores e empresas de zonas urbanas e rurais, totalizam R\$ 726,474 bilhões no ano passado, o que representa 88% de toda a arrecadação para a previdência, segundo dados da Controladoria Geral da União (CGU) publicados no Portal da Transparência.

A Previdência arca ainda com os benefícios rurais anteriores a 1991, que até então não tinham fonte de custeio pelo trabalhador. Antes desse período, a aposentadoria do trabalhador rural se categorizava como um benefício assistencial. O **INSS** ainda paga, mensalmente, aproximadamente 3 milhões de benefícios rurais anteriores à primeira reforma com o caixa da previdência urbana. A questão não é a existência da assistência, mas o fato de haver uma deformidade técnica não endereçada dentro desse regime, diz Balera.

Outra questão, segundo o professor da PUC-SP, é misturar os dois regimes (geral e próprio), quer dizer, a contribuição de empregados do setor privado e **servidores públicos** nessa equação.

A reestruturação do regime de **servidores públicos**

foi adiada por duas vezes, segundo Balera, nas reformas de 1998 e de 2003. Isso causa uma distorção entre o valor de arrecadação e o valor pago em cada regime, especialmente se considerar a inclusão dos grupos militar, de congressistas e do poder judiciário, com salários mais altos .

Para os profissionais que iniciaram em cargos públicos até fevereiro de 2013, o atual teto da aposentadoria é de R\$ 44.047,88, valor que corresponde ao máximo pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e que corresponde ao teto remuneratório do funcionalismo público .

O valor é quase 5,9 vezes o valor do teto do **INSS**, que está em R\$ 7.507,49 atualmente, considerando o salário-mínimo de R\$ 1.302 . Os servidores que ingressaram depois de fevereiro de 2013 só podem se aposentar acima desse valor se contribuírem com uma **previdência complementar**.

A proposta de isonomia é um tema que deve voltar para a mesa, porque não há Estado que sustente esse regime. É preciso considerar que não existe previsão de um incremento de receita num país como o Brasil, onde a capacidade contributiva do cidadão está esgotada , defende o especialista em direito previdenciário.

De fato, a remuneração média no regime geral para a aposentadoria foi de R\$ 1661,40 por mês, e de R\$ 1.211,07 em assistência social . Já remuneração média de segurados militares ficou em R\$ 9.249,58 , de acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Previdência, 5,5 vezes o benefício do regime geral. Existem cerca de 310 mil militares inativos no Brasil atualmente, 32,3 milhões beneficiários do regime geral até novembro passado .

Os pensionistas do regime de seguridade militar, por sua vez, cerca de 163 mil pessoas, recebem em média R\$ 5.148,87 por mês. As médias de benefícios militares não incluem as rendas no Estado de São Paulo, que não divulgou números.

Entre os **servidores públicos** civis , o que inclui congressistas e magistrados, a renda média dos quase 2,62 milhões de aposentados ficou em R\$ 2.762,13 por mês em 2022, enquanto os mais de 620 mil pensionistas receberam, em média, R\$ 1.992,35 por mês .

Ao contrário de tudo que se falou até aqui, desde 2019, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** rebate o argumento de uma Previdência deficitária. A entidade alega que o governo utiliza premissas verdadeiras com conclusões falsas para justificar a reforma. A conta

que produziria o déficit na área compararia o valor arrecadado com as contribuições sociais ao **INSS** - pagas tanto pela classe trabalhadora como empresarial - com todo o gasto com a **Previdência Social**.

Desde a aprovação da Constituição até 2015, dados oficiais anualmente segregados pela **Anfip** teriam indicado superávit de recursos na **Seguridade Social**, de acordo com a entidade . A sobra de recursos foi de R\$ 55,7 bilhões em 2014 e R\$11,7 bilhões em 2015, segundo os cálculos da associação.

Balera não é tão seguro sobre essa afirmação, mas admite que o argumento faz sentido do ponto de vista teórico. A Previdência paga uma conta que não é dela. Não estou discutindo a justiça social da assistência, e sim sua fonte de custeio , diz.

Outro ponto levantado por especialistas é o impacto das desonerações concedidas desde 1995. "A desoneração da folha de pagamento das empresas teve uma média de renúncias de R\$ 15 bilhões por ano desde que foi implementada ", enumerou Cesar Roxo , vice-presidente da **Anfip** , em reunião com o governo para discutir a reforma.

Os programas de parcelamento também são outra grande benesse que o Estado dá às empresas, que em vez de pagar a contribuição previdenciária à vista, pagam em longo prazo. Isso é uma perturbação de caixa, uma vez que a Previdência depende do recurso entrar na época certa , diz o doutor em direito previdenciário.

Mas a discussão tende a nunca chega a legar nenhum, porque as contas feitas na Proposta de Emenda Constitucional da última reforma da Previdência nunca foram apresentadas de forma confiável e clara , segundo o professor da PUC-SP. Abertos esses números, teríamos mais clareza do que realmente está acontecendo, supondo que realmente haja uma sobra na Previdência e que a Assistência é que traga um déficit para a conta.

O direito à previdência pública foi criado em 1883, na Alemanha. Portanto, chegou ao Brasil, de forma bem rudimentar, só 40 anos depois . Realisticamente, o país estabeleceu um Sistema de Segurança Social que é um tripé importantíssimo para o avanço do direito, mas chegou atrasado ao século do Estado do bem-estar social, como ficou conhecido o século 20. Enquanto a nação estabelecia seu modelo de Estado, ele já estava sendo revisto mundo afora. Precisaremos fazer o mesmo aqui , alerta Balera.

Há 40 anos já se detectou a evolução em termos de longevidade, algo que não estava no radar quando o

sistema previdenciário foi pensado no século 19. Quando a primeira lei geral de previdência foi editada no país, em 1960, a expectativa de vida média do brasileiro era de 62 anos. Hoje, a expectativa de vida é de 77 anos , segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

São 15 anos a mais na conta da Previdência, por isso é tão necessário um recálculo atuarial , diz o advogado. Para as gerações economicamente ativas e quem está entrando no mercado, a aposentadoria como a que conhecemos até agora, de completo afastamento do trabalho, talvez jamais se torne uma realidade. O discurso já é bem familiar a quem tem menos de 40 anos.

Uma consequência tem sido o aumento da procura por planos de previdência privada . O segmento captou R\$ 140,7 bilhões no acumulado de janeiro até novembro de 2022, alta de 12,2% em relação ao mesmo período de 2021, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi).

Mas o mercado ainda é incipiente perto do potencial do país. Um dos motivos é a barreira cultural, já que o brasileiro tem um perfil poupador e, quando investe, raramente é voltado para a aposentadoria.

Para o professor de direito previdenciário, também falta transparência aos planos de previdência privada para que esses produtos cresçam no mercado brasileiro . É importante que o consumidor tenha acesso a informações de como as contas funcionam, que tenha um extrato claro do investimento e uma projeção de quanto vai receber no futuro, algo fundamental para a esse segmento , defende.

Mas há mais sinais de novos ventos soprando no mercado. O último veio com o lançamento do primeiro produto do Tesouro, no fim do ano passado, focado na aposentadoria dos investidores .

A lógica da previdência, como ela foi engendrada no século 19, pressupunha que a população cresceria para sempre, em progressão geométrica, então a geração presente sustentaria a geração pretérita, e a geração futura sustentará a geração presente.

Por isso o modelo pende hoje por um fio, e a tendência é de se esfacelar gradualmente, como já vem acontecendo, com o envelhecimento populacional, aumento dos custos de serviços de saúde e de seguros e uma população jovem cada vez menor .

Alguns especialistas defendem uma renda básica, de 2 a 3 salários mínimos, para ser complementada . O cenário é melancólico nesse centenário da

Previdência Social , conclui Balera, que teme o risco de o Brasil perder, mais uma vez, o tempo para se atualizar aos novos tempos.

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/01/24/100-anos-de-previdencia-social-o-que-o-brasil-tem-a-comemorar.ghtml>

"Impacto pode ser em torno de R\$ 60 bi por ano"

MANOEL VENTURA manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
brasil»

O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, estima que a União perde R\$ 60 bilhões por ano com a regra que há dois anos estabeleceu a vitória do contribuinte em caso de empate nos processos administrativos que discutem a cobrança de **impostos**. Em função disso, o governo Lula decidiu retomar o modelo antigo em que o Fisco sai vitorioso nos empates do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**).

No ano passado, houve empate em 1,9% dos casos julgados pelo **Carf**, segundo dados do próprio órgão. Apesar disso, Barreirinhas diz ao GLOBO que o número de processos representa 18% do valor julgado, ou seja, R\$ 24,7 bilhões com vitórias de contribuintes. O secretário da Receita ainda afirma que o governo deve recorrer à Justiça em alguns casos em que a União saiu derrotada nos últimos dois anos.

A mudança na regra do julgamento do **Carf** se tornou uma das principais ações do governo Lula para tentar melhorar as contas públicas. A ideia traçada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê um pacote de melhoria fiscal com impacto de R\$ 242,7 bilhões. A ideia é tentar reverter o déficit de R\$ 231,5 bilhões previsto no Orçamento deste ano, causado em grande parte pela "PEC da Transição", que autorizou a ampliação de despesas em 2023.

Porque o ministério da Fazenda decidiu retomar a regra de votodequalidade no **Carf** dois anos após o Congresso extingui-la?

Porque ficou claro, depois desses dois anos, que foi um erro. É um erro acabar com ovo-to de qualidade, porque isso causou uma distorção muito grave nos julgamentos. O **Carf** passou a decidir em casos muito sensíveis, em valores bilio-nários, contra a jurisprudência, contra o entendimento do Judiciário em muitos casos, ou casos em que a jurisprudência já estava se consolidando a favor do Fisco. Estimamos que o impacto possível dessa reversão é de em torno de R\$ 60 bilhões por ano. Esse é o valor dos julgados em favor do Fisco antes de 2020.

Em 2022, 1,9% dos casos julgados pelo **Carf** terminou empatado...

Isso não é irrisório. Estamos falando de R\$ 24,7 bilhões, que, dado o parâmetro anterior, em princípio, não seriam pró-contribuinte. O volume maior de recursos está em poucos processos. Dentre 93 mil processos no **Carf**, 162 representam R\$ 453 bilhões, de R\$ 1 trilhão de estoque. Essa questão do voto de qualidade se impõe nesses casos, em processos com valores altíssimos.

E se as empresas recorrerem à Justiça?

Elas já iriam de qualquer forma. O contribuinte não paga. E essa é uma disfunção do processo administrativo.

Quando o Fisco ganha, não quer dizer que vai receber, porque apenas 5% desse valor são pagos pelo contribuinte. A grande parte vai para o Judiciário. O voto de qualidade é um remédio emergencial para reduzir a distorção gigantesca. Estamos tratando de uma jabuticaba perversa. É um processo que só existe no Brasil dessa forma e que prejudica enormemente a população. No fim das contas, por causa dessa estrutura perversa, toma-se um bom negócio para muitas empresas grandes não pagar o tributo.

Não seria melhor então discutir essa questão numa **reforma tributária**?

De jeito nenhum. Não é porque o sistema tributário é complexo que eu vou criar um processo ainda mais complexo para julgar. É o contrário. O nosso Judiciário já demora nove anos e tem quatro instâncias judiciais. A maior parte das empresas não dura mais de cinco anos. Como é que eu tenho um processo administrativo que dura de seis a dez anos e depois uma jurisdição que demora nove anos? Acaba sendo um processo perverso para o bom pagador. A gente tem que ter coragem de dizer que não é possível uma situação dessa.

Alguns críticos dizem que o **Carf** está sendo utilizado como instrumento de arrecadação...

É exatamente o oposto. Estamos vendo o **Carf** como um sorvedouro de recurso público. Estamos tapando buracos. Não tem cabimento tratar mal o bom contribuinte. Eu teria que fazer isso mesmo com redução de gastos, porque estou falando de justiça

com o contribuinte. Eu teria que fazer essa medida de qualquer forma.

O Fisco não costuma recorrer de decisões do **Carf**. Isso vai acontecer a partir de agora?

A partir do momento em que nós dissemos que o fim do voto de qualidade era inadequado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional está analisando a possibilidade de entrar na Justiça, e ela deve entrar em casos extremos, em que o Fisco tem razão e que o **Carf**, por uma situação anômala, julgou em contrário. Isso em relação aos últimos dois anos. Não vai recorrer de todos os casos, não teria sentido. Essa questão do voto de qualidade só se impõe em poucos processos, mas com valores muito altos.

Um argumento usado pelo governo é que o fim do voto de qualidade aumentou o estoque do **Carf**. Mas muitos especialistas falam que isso foi causado pela pandemia...

De fato, a pandemia influenciou, mas o fim do voto de qualidade também. Foi decisão de alguns presidentes segurar. Teve também decisões responsáveis de presidentes de turmas, que deixaram de pautar processos.

Haverá então uma revisão na estrutura do **Carf**?

É uma oportunidade para o Brasil discutir. A revogação do voto de qualidade foi sem nenhuma discussão. É uma oportunidade de repor a situação, porque estava muito grave. Estamos falando de dinheiro que deixa de ir para a saúde e para a educação. Estamos falando de sistema concorrencial, empresas que pagaram tributo e outros que foram presenteados em não pagar.

Ao mesmo tempo em que está mudando a regra do julgamento do **Carf**, o governo está fazendo um Refis para renegociar dívidas. Isso não é contraditório?

Não é Refis, porque Refis é um refinanciamento a longo prazo. O Fisco fará conforme o perfil do contribuinte e da dívida para pagamento em 12 meses. E não vou dar desconto para todos. Só há desconto em multa para pessoa física e micro e pequena empresa, de até 60 salários mínimos. A outra possibilidade para desconto em multa é se o crédito for irre recuperável ou de difícil recuperação.

"O voto de qualidade é um remédio emergencial para reduzir a distorção gigantesca. Estamos tratando de uma jabuticaba perversa. É um processo que só existe no Brasil dessa forma"

Consulta a lote residual começa hoje

DA REDAÇÃO

A consulta ao lote residual de restituições do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), referente ao mês de janeiro, estará disponível a partir de hoje, às 10h. As restituições somam mais de R\$ 368 milhões e serão liberadas no próximo dia 31. Serão contemplados mais de 136.565 mil contribuintes. A restituição será feita na conta bancária do contribuinte ou por indicação da chave PIX. A consulta deve ser feita pela internet, pelo site da **Receita Federal**. No site, clique em "Meu Imposto de Renda". Em seguida, em "Consultar a Restituição". Nesta aba, a pessoa poderá fazer uma consulta simplificada ou completa do status da declaração. Se houver pendências, o contribuinte também poderá corrigir as informações.

Vão receber a restituição 3.069 idosos acima de 80 anos; 20.624 contribuintes entre 60 e 79 anos; 2.349 pessoas com deficiência física ou mental; 6.568 contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério; 103.955 não pertencem a nenhum grupo prioritário, mas serão contemplados.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/64>

"Quem ocupa carreiras de Estado não pode se meter na política", diz Lula

Fabio Murakawa e Renan Truffi De Buenos Aires e Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nessa segunda-feira (23) que escolheu um comandante para o Exército que "não deu certo" e, por isso, foi obrigado a encontrar outro. Neste sentido, Lula decidiu enviar um recado não só aos militares, mas ao setor público como um todo. O presidente defendeu que quem ocupa carreiras de Estado "não pode se meter na política".

A afirmação foi feita na Argentina, onde Lula encontrou ontem com o presidente Alberto Fernández. A mensagem tem relação direta com a decisão do governo petista de demitir, durante o fim de semana, o general Júlio César de Arruda do cargo de comandante do Exército. Para o lugar dele, o Palácio do Planalto anunciou o nome de general Tomás Miguel Ribeiro Paiva.

Segundo Lula, o novo escolhido é mais adequado do que o anterior por compartilhar da visão de que as Forças Armadas e todos os funcionários da administração pertencem ao Estado brasileiro e não a um governo. Por isso, disse ele, precisam "aprender a conviver democraticamente".

"O que vou falar aqui não é só para os militares, penso que todas as carreiras de Estado não podem se meter na política durante o exercício de suas funções", afirmou Lula. "Essa gente tem estabilidade, não pertence a nenhum governo. Essa gente pertence ao Estado brasileiro e precisa aprender a conviver democraticamente com qualquer pessoa que esteja no governo. Isso vale para o Itamaraty e os militares", defendeu.

A demissão de Arruda foi baseada numa suposta complacência com o acampamento em frente ao quartel-general do Exército, de onde bolsonaristas radicais saíram no dia 8 para atacar as sedes dos três Poderes, em Brasília. A decisão também decorreu da resistência de Arruda em suspender a nomeação do tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid para comandar o 1º Batalhão de Ações e Comandos (BAC), que faz parte do prestigiado Comando de Operações Especiais, com sede em Goiânia (GO), considerado uma "tropa de elite" da força terrestre.

Conhecido como coronel Cid, o oficial foi ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e, segundo o portal "Metrópoles", está sendo investigado por um suposto caixa dois com o cartão corporativo da Presidência.

"As Forças Armadas não servem a um político. Elas existem para assegurar a soberania do nosso país, sobretudo ante inimigos externos. Isso está claro na nossa Constituição, está tudo regulamentado", complementou o presidente na Casa Rosada.

Lula ainda aproveitou o momento para criticar o governo Jair Bolsonaro ao lembrar que o antecessor conseguiu a maioria em todas as forças militares.

"Da polícia dos Estados, à PRF e uma parte das PMs e das Forças Armadas. Agora temos papel de muita responsabilidade que é fazer voltar à normalidade", afirmou, ao acrescentar que Bolsonaro "não respeitou a Constituição nem as Forças Armadas".

Já o ministro da Defesa, José Múcio, disse que Paiva terá de fazer "costuras internas" na instituição depois da "quebra de confiança" que culminou com a demissão do seu antecessor. Múcio falou com a imprensa depois de se reunir com Paiva no Ministério da Defesa.

"[Ele] está entusiasmado e evidentemente que existem costuras internas para fazer. A coisa foi muito rápida, mas nós tínhamos que fazer o que foi feito", disse.

Múcio também voltou a justificar a decisão do governo de demitir Arruda do cargo. Segundo o ministro, ficaria difícil trabalhar com alguém "sob suspeita", mas enfatizou que agora as coisas estão "arrumadas".

"Eu já falei isso antes. Desde aquela questão dos acampamentos, a questão do dia 8 [de janeiro], houve uma quebra de confiança. Fica muito difícil trabalhar quando as pessoas ficam sob suspeita, se vai ou não tomar a providência. Mas está tudo em paz, tudo calmo. Foi um final de semana de muito trabalho, mas acho que agora as coisas estão arrumadas", afirmou Múcio.

Apesar disso, ele negou que a troca de comando tenha sido feita como forma de garantir a punição de militares que teriam participado do intento golpista.

"A substituição não foi por conta disso [para as investigações ganharem força]. Ninguém pode ser condenado previamente, o direito da dúvida tem que ser dado", afirmou o ministro.

"Tem que ser apurado [o que aconteceu]. Quem for culpado, vai pagar. Quem não for, evidentemente que não. Temos que despolitizar as coisas: quem patrocinou os atos, quem teve intenção de vandalismos, de golpe, tudo isso a justiça vai tratar", complementou.

Sobre a eventual participação de militares da ativa nos ataques golpistas, o ministro da Defesa adotou tom ameno.

"Primeiro, tem que saber se são ou não [militares participando dos atos]. Em sendo, tem que se providenciar, mas não podemos culpar as pessoas que não têm culpa no calor da emoção", argumentou.

Em seguida, o ministro rejeitou ter dado qualquer conselho sobre como Paiva tem que comandar o Exército e suas tropas.

"Se Deus quiser, tudo vai dar certo. Só ele [Paiva] sabe como lidar com as tropas, melhor do que eu. Quem sou eu pra ensinar como lidar com as tropas? Ele tem liderança", afirmou Múcio.

Diante da evidente fragmentação do corpo militar, o novo chefe do Exército pode convocar, inclusive, uma reunião com outros generais ainda nesta terça-feira. O encontro deve envolver o chamado Alto Comando do Exército, órgão que discute assuntos de interesse do comandante e da força terrestre.

Bolsonaro usou cartão com motociatas

As motociatas que Jair Bolsonaro (PL) costumava fazer pelo país para se promover e as viagens feitas pelo ex-presidente a lazer custaram aos cofres públicos, em média, R\$ 100 mil cada, segundo registros do cartão corporativo da Presidência. As despesas podem ser verificadas nas notas fiscais do cartão corporativo, que foram divulgadas depois de pedido feito pela agência "Fiquem Sabendo" ao governo federal. Os gastos, no entanto, tendem a ser ainda maiores, porque nessa conta não constam as despesas com o combustível das aeronaves, custeadas pela Força Aérea Brasileira (FAB) e usadas para transportar o presidente e sua comitiva.

Além disso, apenas uma parte das notas fiscais já foi analisada.

Nas viagens para lazer e/ ou para autopromoção,

Bolsonaro era acompanhado por até 300 militares, que eram alimentados com refeições compradas com cartão corporativo. Participavam também da comitiva presidencial cerca de 30 **servidores públicos**, que partiam de Brasília e ficavam em hotéis que eram pagos com cartão corporativo.

O acesso às notas fiscais foi permitido depois do pedido da agência "Fiquem Sabendo", por meio da Lei de Acesso à Informação (LA1), e o detalhamento de parte dos gastos foi publicado nessa segunda-feira (23) pelo jornal "O Estado de S. Paulo". A consulta às notas fiscais foi feita presencialmente porque só existem cópias físicas desses documentos. Apenas 20% (cerca de 2,6 mil páginas) do total arquivado foi escaneado e analisado.

As despesas de Bolsonaro foram elevadas até mesmo quando o então presidente ia desfrutar de dias de lazer em locais pertencentes às Forças Armadas - e dizia que era a "custo zero" para os cofres públicos. Segundo o "Estadão", Bolsonaro gastou quase R\$ 9 mil em quatro dias para hospedar-se em São Francisco do Sul (SC), no Forte Marechal Luz, das Forças Armadas. Além do gasto com a hospedagem, houve uma despesa de R\$ 5 mil com reparos em jet skis e lanchas, que ficaram avariadas durante o passeio de Bolsonaro, e a despesa com a locação de serviços de antena parabólica e TV por assinatura. Durante essa viagem, as compras de supermercados chegaram a R\$48 mil.

As notas fiscais do cartão corporativo mostram também gastos da Presidência com deslocamentos de familiares de Bolsonaro, como o vereador Carlos Bolsonaro, filho do presidente. Em uma viagem a Resende (RJ), em janeiro de 2021, por exemplo, o vereador e cinco acompanhantes tiveram as despesas com o deslocamento, alimentação e hospedagem custeadas pelo cartão corporativo.

As notas fiscais mostram também gastos de Bolsonaro com pi-canha, camarão, bacalhau, potes de Nutella e até Rivotril (remédio tarja preta usado para tratar ansiedade). Foram ao menos 68 compras de peças de picanha e de 67 de filé mignon. Apesar das altas despesas, Bolsonaro falou, ao menos 15 vezes em "lives", que não usava o cartão corporativo.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187441>

"Plano fiscal vai recuperar o grau de investimento"

THAÍS BARCELLOS CELIA FROUFE BRASÍLIA

ENTREVISTA: Rogério Ceron, É auditor fiscal da Prefeitura de São Paulo. Foi secretário de Finanças da capital e adjunto da Fazenda do Estado de SP

O custo da dívida pública deve entrar em trajetória de queda e ficar abaixo do nível anterior à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição assim que o novo plano fiscal e o projeto de **reforma tributária** estiverem encaminhados, afirma o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. "Se formos bem-sucedidos, colocamos o País em uma rota de recuperação do grau de investimento de forma muito consistente até 2026", mirou, em entrevista ao Estadão/Broadcast.

A seguir, os principais pontos da entrevista.

Nesta semana, o Tesouro divulgará o resultado do governo central de 2022, com expectativa do primeiro superávit desde 2013. Como explicar isso?

Será uma divulgação técnica relativa aos resultados de 2022.

Não sinaliza absolutamente nada sobre o futuro. É um contexto fácil de constatar: renúncia de receitas muito expressiva para 2023. Um resultado aparentemente bom para 2022 se transforma em resultado muito complicado para 2023. E tem a parte específica de precatório que foi para 2027. Não tem que ficar qualificando ou desqualificando as informações fiscais.

E vão falar sobre os passos que vão dar a partir de agora?

Já estamos dando. Estamos calibrando o tom da divulgação, mas, sinceramente, não estou tratando como um grande evento ou marco político. Pelo contrário, a postura do Tesouro tem que ser técnica e precisa.

Podemos fazer críticas técnicas, quando forem pertinentes, mas sem misturar política - que é devida, mas de outras instâncias.

A equipe econômica apresentou um primeiro pacote de medidas, mas houve estresse no mercado com os eventos da semana passada.

Como estão vendo a gestão da dívida?

O pacote inicial já foi colocado e impactou a curva de juros.

Tivemos outros ruídos que estão estressando o mercado. (A situação das) Lojas Americanas também cria ruído na sensação de segurança econômica.

Tem alguma pressão, mas já é melhor do que a primeira semana do ministro (Fernando Haddad) no governo. O dólar está em patamar menor, a taxa de juros também. A rolagem já está com preço menor.

Em fevereiro tem um grande vencimento. Haverá uma abordagem diferente para a ocasião?

Não. O que queremos é que, conforme as medidas (econômicas) forem acontecendo, tirem o estresse do mercado, deixando as taxas mais adequadas.

Em que horizonte?

Assim que a gente conseguir colocar o novo arcabouço fiscal no Congresso e a discussão de **reforma tributária**. Se tudo caminhar como esperamos, com sinalizações de boa tramitação, de que as reformas estruturais vão acontecer, aí volta.

Nossa expectativa é de que (as taxas) caiam mais de 2 pontos percentuais. Se a gente conseguir ser bem-sucedido nesse processo, nós colocamos o País em uma rota de recuperação do grau de investimento de forma muito consistente até 2026. Isso é muito claro. É técnico. Óbvio que as medidas iniciais foram para tirar um pouco da preocupação. Um (déficit de) R\$ 230 bilhões vai gerar uma trajetória explosiva se nada for feito. O mercado já digeriu. Já mudamos o patamar da discussão.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Antecipação da reforma tributária (Artigo)

Luiz Carlos Hauly e Miguel Abuhab

Ainda em meio à turbulência política no país, o mercado tem seguido atento à definição do plano fiscal do novo governo e à espera da **reforma tributária**.

Economistas, tributaristas, empresários e os principais atores políticos aguardam os próximos passos da equipe econômica do governo Lula.

O novo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevê que a **reforma tributária** começará a ser tratada pelo governo em abril. A pasta criou uma secretaria especial apenas para discutir o tema, e mudanças no sistema de pagamento de **impostos** no país parecem ser prioridade no terceiro mandato de Lula. Entretanto, abril está muito distante para que seja retomada a discussão.

Há décadas o país discute a realização da reforma, que impacta a vida do brasileiro comum, dos empreendedores, de empresários, do setor industrial e do capital financeiro. A diminuição da carga tributária sobre a população, o aumento da arrecadação e a desburocratização do pagamento de **impostos** formam uma peça fundamental para alavancar a economia no contexto do pós-pandemia e no início de um novo governo. Nos bastidores, a pressão política tem sido grande para antecipar o debate da agenda tributária, assim como já ocorreu com a pauta fiscal.

O setor industrial tem se destacado nesse movimento. A preocupação com o tema é justificada devido ainda à falta de definição sobre qual caminho deve ser seguido para destravar a economia.

Em tramitação no Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 110/2019 prevê em seu último substitutivo, de março do ano passado, a fusão de diversos **tributos** em um imposto dual (CBS e IBS), de modo que permaneçam separadas as competências da União e dos Estados, distrito federal e municípios para arrecadar **tributos** (estes fariam, conforme dispõe a PEC, a administração e regulamentação dos recursos de forma partilhada, a partir de um Conselho Federativo).

A indústria enxerga na proposta um sistema de créditos favorável ao setor, ao facilitar a compra de insumos e o combate à guerra fiscal. Os benefícios advindos dessa simplificação são enormes e se estendem a todos os setores, uma vez que a medida proporcionará significativa redução da inadimplência,

da burocracia contábil e da sonegação.

A PEC 110 foi idealizada desde o seu texto inicial para não penalizar a sociedade com mais carga fiscal, nem alterar as disposições do Pacto Federativo no que se refere à tributação. Graças a essa orientação, a PEC 110 conseguiu o apoio de praticamente todos os entes da Federação ao longo do debate no Senado.

Essa pacificação é certamente um ótimo ponto de partida para a nova discussão que tomará corpo agora no Lula 3. Líderes importantes do novo governo, como o vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, estão atentos a essa necessidade de entendimento como premissa para a aprovação da reforma.

Independentemente da questão política, é fundamental que a escolha do melhor caminho e que a aprovação da **reforma tributária** passem por sólidas discussões técnicas. Há outros fatores que devem ser levados em conta, como a modernização tecnológica do sistema de pagamento de **impostos**, a partir do Modelo Abuhab, que possibilita a cobrança automática de **tributos** sobre o consumo, sempre que uma nota fiscal é saldada.

Abril está muito distante para começarmos a discutir a **reforma tributária**.

Afinal, é o futuro econômico dos brasileiros que está em jogo, e já temos uma discussão madura sobre o tema no Congresso, pronta para ser retomada.

Luiz Carlos Hauly. Luiz Carlos Hauly é economista, tributarista e um dos fundadores do Movimento Destrava Brasil, e

Miguel Abuhab. Miguel Abuhab é engenheiro, empresário do setor de tecnologia e também um dos fundadores do movimento Destrava Brasil

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Nova moeda não acaba com o real

Matheus Souza

O Brasil e a Argentina anunciaram que criarão uma moeda comum sul-americana que será destinada a transações comerciais e financeiras entre os dois países.

A informação confirmada pelos presidentes Lula e Alberto Fernández, da Argentina. A declaração foi dada após uma reunião em Buenos Aires. De acordo eles, entre os objetivos da moeda estão a redução de custos operacionais, das vulnerabilidades externas e da dependência ao dólar.

Ambos destacaram que a nova moeda, chamada de sur, não vai substituir o real ou as moedas utilizadas pelos demais países sul-americanos. A proposta é usá-la exclusivamente em fluxos comerciais. Ou seja, ela não poderá ser utilizada por civis ou turistas.

Segundo jornal britânico Financial Times, as autoridades brasileiras também dizem, de forma privada, que o projeto visa barrar a influência da China, que tem tomado espaço do Brasil na economia argentina.

O Financial considera que o sur poderia vir a ser a segunda maior moeda de um bloco econômico. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, frisou que o que está em discussão não é uma moeda única, ideia defendida pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

"Recebemos dos presidentes uma incumbência, não adotar, e deixo isso muito claro, uma ideia que era do governo anterior, que não foi levada a cabo, da moeda única", afirmou.

"O meu antecessor, o Paulo Guedes, defendia muito uma moeda única entre Brasil e Argentina. Não é disso que estamos falando. Não se trata da ideia do ministro Paulo Guedes de uma moeda única, se trata de nós avançarmos nos instrumentos previstos e que não funcionaram a contento", acrescentou Haddad.

Presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-ES), Claudeci Pereira Neto considera que a nova moeda tende a ser mais útil à Argentina do que ao Brasil.

"Essa nova moeda é para atender somente às dificuldades argentinas, porque o Brasil não tem dificuldade em ter dólares. Nós temos boas reservas.

Eles têm dificuldade, e o dólar é essencial para as transações comerciais."

ENTENDA

A história da Sur

POSSIBILIDADE de criação de uma moeda única existe desde a concepção do Mercosul, explicou a professora Arilda Teixeira.

"A MOEDA ÚNICA é um dos elementos que caracterizam a integração. Só que nesse processo existem várias fases (a área de livre comércio, a união **aduaneira** e a união monetária). A criação de uma moeda única é a última etapa do processo de integração."

NO ANO PASSADO, o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a escrever um artigo à Folha, no qual defendia a criação do sur.

SEGUNDO HADDAD, ela pode impulsionar a integração regional e fortalecer a soberania monetária dos países da América do Sul.

Fim do real?

SE CRIADA, a sur será uma moeda paralela às moedas nacionais. A ideia é usá-la apenas em fluxos financeiros e comerciais.

ASSIM, NÃO SERÁ USADA nem pelos cidadãos locais nem por turistas estrangeiros.

Desconfiança

ECONOMISTAS desconfiam da viabilidade do projeto e consideram que ele pode demorar a sair do papel.

De SUR a BNDES e BB

JENIFFER GULARTE Enviada especial
jeniffer.guarte@bsb.oglobo.com.br BUENOS AIRES E
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi a Buenos Aires, em sua primeira viagem ao exterior do terceiro mandato, com um pacote econômico para o país vizinho. Ao lado do mandatário argentino, Alberto Fernán-dez, Lula ofereceu crédito do BNDES, inclusive para a construção de um gasoduto, e seu governo anunciou uma linha de crédito do Banco do Brasil. Além disso, o petista defendeu a criação de uma moeda comum com o país vizinho - que pode ser chamada de "sur" sul em espanhol -, uma iniciativa voltada para o comércio exterior que, segundo especialistas, beneficia mais a Argentina e pode levar até três anos para sair do papel.

A defesa da moeda comum gerou ruído no mercado, após autoridades argentinas terem defendido uma moeda única, nos moldes do euro, algo que foi afastado do documento oficial do encontro bilateral e das falas do titular da Fazenda, Fernando Haddad, que acompanhou Lula na viagem. O ministro chegou a dizer que quem defendia uma moeda única era seu antecessor, Paulo Guedes. E assegurou que os bancos públicos não vão "correr riscos" nas operações com o país vizinho.

OPERAÇÕES SEM RISCOS Sem avanços concretos do sur, o dia ontem foi marcado por promessas de crédito brasileiro aos hermanos: -O BNDES vai voltar a financiar as relações do Brasil, a engenharia, projetos do Brasil no exterior, e ajudar os países vizinhos a crescer - afirmou Lula, em encontro com empresários dos dois países. - O Brasil não pode ficar distante. O Brasil não pode se apequenar.

A primeira fase do gasoduto está concluída, e o governo argentino busca recursos para continuar a obra, com 500 quilômetros, ligando os campos de óleo e gás da região de Vaca Muerta até San Jeronimo, na província de Santa Fé, o que possibilitaria a exportação para o Brasil.

- De vez em quando ouvimos críticas no Brasil por ignorância de pessoas que acham que não pode haver financiamento de engenharia para outros países. Eu acho que não só que pode, como é necessário o Brasil ajudar todos os seus parceiros. E é isso que vamos fazer dentro das possibilidades econômicas do nosso país -afirmou Lula.

Haddad, por sua vez, disse que o BB vai financiar exportações para a Argentina, com garantias soberanas dos dois países. Para isso, explicou o ministro, a Fazenda desenvolve um fundo garantidor.

O objetivo é evitar o uso do dólar, especialmente devido aos problemas que a Argentina enfrenta, com queda de suas reservas estrangeiras.

- O Banco do Brasil não vai tomar risco nenhum dessa operação de crédito para exportação. Nós vamos ter um fundo garantidor soberano, que vai garantir as cartas de crédito emitidas pelo Banco do Brasil para exportadores brasileiros. Nem o banco argentino que estiver financiando o importador, nem o Banco do Brasil que estiver garantindo exportador, estão envolvidos no risco - afirmou Haddad ao lado do ministro da Economia argentino, Sergio Massa.

Q "Se eu soubesse tudo o que o jornalista perguntou, eu seria ministro da Fazenda" O argentino completou: -O Banco do Brasil assume compromisso com empresas brasileiras, o Banco de La Nación assume compromisso com empresas argentinas.

Segundo Haddad, o fundo garantidor vai assumir o risco de convertibilidade de peso em real. Ele ressaltou ainda que o sur não será uma moeda única, como o euro.

O documento assinado ontem pelos dois ministros sequer fala em moeda comum, e sim em "expandir o uso de moedas locais, com a intensificação das negociações entre os bancos centrais e outros órgãos responsáveis por aperfeiçoar o Sistema de Pagamento de Moedas Locais (SML), e ampliar seu uso e escopo, com vistas a um comércio sem obstáculos e com a inclusão do comércio de serviços." - Recebemos de nossos presidentes uma incumbência: não adotar, e deixo isso muito claro, uma ideia que era do governo anterior, que não foi levada a cabo, da moeda única. O meu antecessor, o Paulo Guedes, defendia muito uma moeda única entre Brasil e Argentina. Não é disso que estamos falando. Trata-se de avançarmos nos instrumentos previstos e que não funcionaram a contento -afirmou Haddad.

Mais cedo, contudo, Lula defendeu a criação da moeda comum no Mercosul e até no Brics, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ao ser questionado sobre detalhes da proposta, desconversou: -Se eu soubesse tudo o que o jornalista perguntou, eu seria ministro da Fazenda e não

presidente da República.

MELHOR PARA A ARGENTINA No Brasil, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, afirmou que a discussão sobre uma unidade financeira comum não visa substituir as moedas nacionais nem ser como o euro.

Mesmo incipiente, a proposta foi criticada por especialistas, que lembram que o sur levaria entre dois e três anos para sair do papel.

-O impacto para o comércio bilateral não é tão grande. Talvez o resultado seja importante neste momento porque a Argentina tem um problema com crédito, por não ter reservas internacionais -disse o ex-secretário de Comércio Exterior e consultor Welber Barrai.

Ele aponta, porém, que uma moeda comum poderia "ajudar os médios exportadores brasileiros".

- Essa moeda teria de ter uma paridade fixa com o dólar, e o Banco Central do Brasil teria de se comprometer a entregar dólares para quem estivesse com esse crédito e precisasse trocar-disse o ex-diretor do BC Alexandre Schwartsman. - O que o exportador brasileiro quer é uma moeda forte. Por que ele vai aceitar sur se pode receber em dólar?

Já Rubens Barbosa, embaixador e presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, considera a proposta positiva: - Isso convém ao Brasil para aumentar as exportações industrializadas para a Argentina, que não tem reservas para pagar.

O país vizinho, aliás, seria o mais beneficiado, avalia o ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall, sócio-fundador da Oriz Partners. Ele lembra que o comércio bilateral tem involuído devido à crise econômica da Argentina, com baixo crescimento e **inflação** de quase 100%.

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE O PROJETO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

A nova moeda vai substituir o real ou o peso?

Não. Se criada, a sur será uma moeda paralela às moedas nacionais. A ideia é usá-la apenas em fluxos financeiros e comerciais, reduzindo os custos das operações e a vulnerabilidade externa, afirmam os governos dos dois países. Não será, portanto, como o euro, que substituiu moedas locais européias. O Brasil pedirá, inclusive, que isso fique claro no acordo a ser firmado para avançar nos estudos.

A sur poderá ser usada por turistas dos dois países?

A princípio não. A ideia é que a sur não seja usada em operações do dia a dia, nem por cidadãos locais nem por turistas estrangeiros.

Qual o objetivo de criar uma moeda comum?

O objetivo é fomentar o comércio regional e reduzir a dependência em relação ao dólar, de acordo com o jornal britânico Financial Times. Autoridades brasileiras também dizem, reservadamente, que o projeto visa a barrar a influência da China na Argentina. O país vizinho é o terceiro principal destino das exportações brasileiras (4,6% de participação), mas o comércio tem sido prejudicado pelas restrições ao uso do dólar.

Como funcionaria na prática?

A ideia do governo brasileiro é que a sur funcione como uma URV (Unidade Real de Valor), ou seja, um parâmetro econômico para transações financeiras e comerciais entre os dois países. Assim, Brasil e Argentina não precisariam recorrer ao dólar ou moedas de terceiros para as transações bilaterais.

A sur poderá ser usada por outros países da região?

O ministro da Economia argentino, Sergio Massa, disse ao FT que outros países da América Latina poderão ser convidados a fazer uso da moeda, caso o projeto vingue.

Quanto tempo pode levar a criação de uma moeda comum?

Não se sabe. Para efeito de comparação, o projeto de criação do euro levou cerca de 35 anos para ser implementado, lembrou Massa em entrevista ao FT. Ele disse que o acordo a ser firmado entre Brasil e Argentina será o primeiro passo nessa direção.

Que tipos de estudos serão feitos?

Segundo Massa, serão estudados todos os parâmetros necessários, como questões fiscais, o tamanho das economias, o papel dos bancos centrais, entre outros.

Já houve projetos semelhantes?

Sim. O assunto chegou a ser discutido entre os governos Jair Bolsonaro e Mauricio Macri. A moeda comum se chamaria peso real. Mas o Banco Central brasileiro se opôs à ideia.

Haddad pede "tranquilidade" para debater meta para IPCA

**I EDUARDO GAYER/ BUENOS AIRES e CÉLIA FROUFE e
THAÍS BARCELLOS/ BRASÍLIA**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que é preciso ter "tranquilidade" para enfrentar o debate sobre a meta de **inflação** do País, atualmente em 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto porcentual. Segundo Haddad, as pesquisas de mercado tem sinalizado que a taxa deve ficar dentro da banda. Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a meta em vigor e defendeu um objetivo mais alto. Lula também criticou as taxas e juros praticadas pelo BC e a autonomia do Banco Central.

"No caso concreto brasileiro, se você pegar as pesquisas de mercado sobre convergência, elas estão sinalizando que, apesar da meta apertada, tem chance de a gente estar dentro da banda, que é relativamente alta no Brasil, que é 1,5 (ponto porcentual). Você olha para os 3,25% e não olha para a banda, então tudo isso tem de ser ponderado, com sobriedade. É preciso olhar para o mercado, olhar qual é o comportamento dos preços, qual a chance de a gente convergir para uma **inflação** mais baixa, que é sempre o mais desejável, sobretudo pensando na parte mais vulnerável economicamente da população.

É preciso ter tranquilidade em enfrentar esse tipo de discussão ", disse.

Haddad ainda afirmou que no Brasil os agentes econômicos confiam que a **inflação** está em processo de convergência para a meta estabelecida, e que o Conselho Monetário Nacional (CMN) observará esses fatores para tomar uma decisão sobre a meta de **inflação**.

CMN. O governo corre contra o tempo para ter todo o aparato técnico necessário para realizar, nesta quinta-feira, reunião do CMN com sua formação original: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central.

Para garantir a formalização do encontro, técnicos da equipe econômica têm argumentado ser melhor o adiamento da reunião do que a sua realização sem os parâmetros mínimos exigidos.

A estrutura de trinca de ministros sempre existiu, mas

foi alterada no governo de Jair Bolsonaro, que optou por dar um "superministério" a Paulo Guedes.

O mercado financeiro monitora de perto o encontro, e cogita até que possa haver alguma sinalização sobre mudanças de meta de **inflação**, depois das críticas de Lula. Tradicionalmente, a reunião do CMN que discute a meta de **inflação** ocorre em junho. A ideia que o chefe do Executivo passou é a de que as metas têm sido muito audaciosas, e agentes financeiros temem algum tipo de intervenção na política monetária pelo governo.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Auxílio-reclusão e as fake news - DIREITO E JUSTIÇA

MARA SANTANA *Jornalista*

ENTREVISTA Carlos Zenandro

Professor de cursos de graduação e pós graduação em Salvador-BA. Integrante do Cesa (Centro de Estudos das Sociedades de Advogados). Advogado e especialista em direito previdenciário.

É verdade que o valor do Auxílio-reclusão aumentou para R\$ 1.754,18? O que é o Auxílio-reclusão?

Esta notícia é falsa. O auxílio-reclusão é um benefício do **INSS** no valor de 1 salário mínimo (R\$ 1.302), pago aos dependentes do segurado de baixa renda do **INSS**. Estão confundindo o valor do auxílio-reclusão com o valor do critério para medir se o segurado preso é ou não de baixa renda. Neste caso, se a média das suas 12 últimas remunerações for inferior a R\$ 1.754,18, ele será considerado de baixa renda.

Quem pode receber o Auxílio-reclusão?

Dependentes do segurado de baixa renda preso, em regime fechado, quais sejam: companheira (o) ou cônjuge, filhos menores ou maiores inválidos; ou ainda, de outras classes (irmãos, genitores etc), caso comprovem a dependência do segurado recluso.

Quais são os requisitos atuais para ter direito ao Auxílio-reclusão?

A prisão em regime fechado; baixa renda do segurado preso e não receber mais salário nem benefícios do **INSS**; ter feito, no mínimo, 24 contribuições mensais ao **INSS**.

Site:

https://digital.mflip.com.br/pg.jsp?pg=pg_CF94D1A1F0A6274A168180B25E615D4B3D63B18C71C0D8CAE5F5F15ACDB9B7338426A971EFCC66FD48114AA8852497AF410BED641EF037FEC6BF73AACC86EE146B118AB0DC821E8468C5CB7D01B5736C95D3DA5F70E687CBE2BAC0A09BFC7DF3B2754E292A03D894AE3D7AD6195FC6960168AD236B641B4966CE2682191404CC8